



**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Ana Helena Nunes Bezerra

## **O julgamento moral na psicopatia – sujeitos reclusos**

junho de 2015





**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Ana Helena Nunes Bezerra

## **O julgamento moral na psicopatia – sujeitos reclusos**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Psicologia Aplicada

Área de Especialização em Psicologia da Justiça e Comunitária

Trabalho realizado sob orientação da

**Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves**

junho de 2015

## DECLARAÇÃO

Nome: Ana Helena Nunes Bezerra

Endereço eletrónico: pg25787@alunos.uminho.pt

Número do Cartão de Cidadão: 14164314

Título da dissertação: O julgamento moral na psicopatia – sujeitos reclusos

Orientador: Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado: Mestrado em Psicologia Aplicada

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 12/06/2015

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **Índice Geral**

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>iii</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>iv</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>v</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>6</b>
<b>Metodologia</b> .....	<b>13</b>
Participantes.....	13
Instrumentos.....	15
Procedimento .....	16
<b>Resultados</b> .....	<b>18</b>
<b>Discussão</b> .....	<b>24</b>
<b>Conclusão</b> .....	<b>28</b>
<b>Referências bibliográficas</b> .....	<b>29</b>

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1. Caracterização da amostra .....	14
Tabela 2. Caracterização da amostra, ao nível da psicopatia .....	17
Tabela 3. Consistência interna dos instrumentos.....	18
Tabela 4. Consistência interna por fundamentos morais – MFQ .....	18
Tabela 5. Consistência interna por fator – PCL-R.....	19
Tabela 6. Correlações entre a variável Psicopatia e as Fundações Morais.....	19
Tabela 7. Correlações entre a variável Psicopatia e as Fundações Morais, por fator.....	20
Tabela 8. Correlações entre a variável Psicopatia e as Fundações Morais, por faceta.....	21
Tabela 9. Comparação entre indivíduos com e sem características psicopáticas, ao nível das fundações morais. ....	22
Tabela 10. Correlação entre valores de Psicopatia e a variável da Inserção Social. ....	23
Tabela 11. Comparação entre indivíduos menos e mais inseridos socialmente, ao nível das fundações morais. ....	24

## **Agradecimentos**

Ao Prof. Dr. Rui Abrunhosa, pela orientação prestada desde o início deste projeto, pela transmissão de conhecimento e motivação. Pela procura da melhor solução e opção possível, possibilitando a realização deste trabalho da forma esperada.

À Dr.<sup>a</sup> Otilia Barbosa, Dr.<sup>a</sup> Paula Feixa e ao Dr. João Madureira, pelo modo como facilitaram o processo de recolha de dados nos respectivos Estabelecimentos Prisionais.

Às minhas colegas de grupo de mestrado, pela partilha de experiências e apoio prestado.

A todos os Professores das duas instituições que me acolheram ao longo destes cinco anos – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Universidade do Minho – por de uma forma ou de outra terem contribuído para que o meu percurso culminasse na realização deste projeto. Em especial, ao Prof. Francisco Barros, ao Prof. José Gomes da Costa e à Prof.<sup>a</sup> Raquel Costa pelos ensinamentos dentro e fora da sala de aula, pelo gosto em ensinar e pela forma como marcaram o meu percurso académico.

À minha família de sangue e coração, por me ter apoiado sempre e tornado possíveis e marcantes estes anos: Mãe, Pai, Irmãos Miguel e Mário, Paulo, Avós, Tios, Lurdes e Carla.

Às minhas amigas e amigos da Universidade, por terem tornado estes anos nos melhores possíveis, por serem eles que fizeram Vila Real e Braga - principalmente àqueles que se mantiveram firmes independentemente da situação. Às minhas colegas de casa, pela companhia e alegria constantes, sem as quais com certeza não seria a mesma coisa. À Vibratuna, pelas experiências que me proporcionou e pelo espírito único que incutiu. Um agradecimento especial ao Jorge, e à família, por me aquecerem o coração quando eu mais precisei e por terem marcado este percurso de forma tão especial.

Aos meus amigos de todos os dias, por terem caminhado comigo - em especial à Ana Catarina, por nunca ter falhado e por ter feito mais do que aquilo que posso agradecer.

A todos aqueles que de alguma forma se cruzaram no meu caminho e contribuíram para que tudo isto fosse possível.

## **Resumo**

A presente investigação estabelece como objetivo, com base na *Moral Foundations Theory* e no agrupamento das cinco fundações morais existentes, perceber quais os maiores défices do sujeito psicopata. Além disso, são posteriormente comparados os *scores* do grupo de indivíduos considerados psicopatas e do grupo que não apresenta essas características.

O grupo de participantes é constituído por 105 indivíduos, sendo que 27 apresentam características psicopáticas e os restantes 78 integram o grupo dos não psicopatas. Os instrumentos basearam-se na versão de investigação do *Moral Foundations Questionnaire* – acompanhado de um questionário sociodemográfico - e da Escala de Psicopatia – PCL-R, cotada através de dados arquivados.

No que concerne aos resultados obtidos, nenhuma das hipóteses predefinidas obteve resultados estatisticamente significativos, no entanto os valores encontrados podem permitir a inferência de algumas conclusões como ponto de partida. Assim, não foram encontradas diferenças entre psicopatas e não psicopatas ao nível do julgamento moral, ainda que os indivíduos que apresentam estas características tenham mostrado uma pontuação mais baixa.

Desta forma, será possível inferir que, efetivamente, apesar do sujeito psicopata apresentar uma diminuição nas suas capacidades morais, o mesmo é capaz de realizar de forma relativamente adequada este tipo de julgamentos mesmo que, posteriormente, não os integre no seu código de conduta.

Palavras-chave: psicopatia, julgamento moral, PCL-R, desenvolvimento moral, teoria das fundações morais.

## **Abstract**

The following investigation aims to understand, using *Moral Foundations Theory* and the cluster of the five moral foundations, which are the biggest deficits on the psychopath individual. Besides that, we will compare the scores of the group of individuals considered psychopaths and the group that does not display those features.

The group of participants had 105 individuals, 27 display psychopath features and 78 do not have those same features. The instruments were based on the research version of *Moral Foundations Questionnaire* – along with a socio demographic questionnaire and the PCL – R, scored by file data.

About the results, none of the hypothesis pre-defined got significant statistically results, but these results allow us to infer some initial conclusions. Therefore, we could not find differences between psychopaths and non-psychopaths when it comes to the moral judgment, although individuals with those characteristics have displayed a lower score.

Thereby, it is possible to infer that, effectively, despite the fact that the psychopath individual presents a decrease in their moral capacities, the same can perform, in a relatively adjusted way, this kind of judgements but afterwards he can't integrate them in his code of conduct.

Keywords: Psychopathy, moral judgment, psychopathy checklist-revised, moral development, moral foundations theory.

## Introdução

Etiologicamente, *psicopatia* tem origem nas palavras gregas *psyché* e *path*, significando alma e sofrimento, respetivamente. Deste modo, desde a sua base, este conceito está associado à designação de doença mental. Assim, o termo *psicopatia* era utilizado para a descrição de comportamentos não específicos, de carácter desviante e antissociais.

Desde as primeiras pesquisas efetuadas, em finais do século XVIII, decorrente do estudo de filósofos e psiquiatras em relação ao livre arbítrio e a transgressões morais, o conceito de *psicopatia* sofreu variadas alterações significativas (Oliveira, 2011). Em 1835, Pritchard, apresentou o termo *insanidade moral* para se referir aos sujeitos cujo julgamento moral e princípios de conduta eram considerados inadequados e indicadores de comportamento anti-social (Cantero, 1993). Já Emile Kraepelin introduziu o conceito de *personalidade psicopática*, com o intuito de descrever um conjunto de sujeitos cujo comportamento fosse indicador de uma conduta criminal anormal ou imoral (Lykken, 1995). Além disso, este autor identificou quatro tipos de indivíduos que se enquadravam nesta personalidade, devido às suas características mais distintas. O primeiro grupo dizia respeito aos *mentirosos* e *vigaristas mórbidos*, caracterizados pelo seu encanto, ainda que sem moralidade interna inculcada, bem como, responsabilidade com os outros. O segundo referia-se aos *criminosos por impulso*, isto é, aqueles indivíduos que cometiam crimes como roubo ou incêndio pois não conseguiam controlar a sua vontade. O terceiro grupo já englobava os *criminosos profissionais*, cujas características mais marcadas eram a manipulação e o egocentrismo mascarados, todavia, pela aprovação social. Por último, o quarto grupo era constituído pelos *vagabundos mórbidos*, ou seja, os indivíduos considerados sem responsabilidades (Oliveira, 2011).

Em 1941, o tema recebeu um grande impulso, por Hervey Cleckley, essencialmente através da sua obra *The Mask of Sanity*, com a categorização da psicopatia segundo dezasseis critérios específicos, considerando o défice na resposta afetiva a característica mais diferenciadora destes indivíduos, o que explicaria a forte correlação dos mesmos com uma conduta antissocial (Marques, 2010).

Neste mesmo sentido, em 1976, Hare, Hart e Harpur, baseados no seu diagnóstico, forneceram um conjunto de critérios mais completo que caracterizavam a psicopatia: presença de problemas de conduta durante a infância, inexistência de delírios ou alucinações, ausência de manifestações neuróticas, impulsividade e ausência de autocontrolo, irresponsabilidade, encanto superficial, inteligência e loquacidade, egocentrismo patológico, autovalorização e arrogância, pobreza de relações afetivas básicas, sexualidade impessoal e pouco integrada,

falta de sentimento de culpa, vergonha e empatia, manipulação, mentira, incapacidade de seguir um plano de vida, conduta antissocial e ameaças não cumpridas de suicídio (Gauer & Cataldo Neto, 2003 *as cited por* Davoglio & Argimon, 2010).

Numa nova linha de pensamento, Cleckley (1982) e Lykenn (1995) caracterizaram ainda os sujeitos psicopatas como primários e secundários. Os primeiros têm fortes competências sociais, são charmosos, apresentam baixos níveis de ansiedade sendo, normalmente, inteligentes. Os segundos, constituem um conjunto de psicopatas impulsivos por natureza, com poucas competências sociais e educacionais, bem como um maior retraimento, além de níveis de ansiedade mais elevados (Soeiro & Gonçalves, 2010). Como característica comum, ambos são desprovidos de uma noção consistente de moral social (Marques, 2010). No entanto, esta dicotomização da psicopatia não é consensual entre os investigadores pois, tal como Hare (2003), defendem uma definição mais unidimensional do conceito de psicopatia (Soeiro & Gonçalves, 2010).

Segundo a visão de Cook, Hart e Michie (2004), no que concerne à conduta antissocial, esta deveria ser vista como uma consequência da psicopatia e não como um sintoma da mesma, pelo que a sua definição, avaliação e diagnóstico deveriam ser reformulados. Assim, a psicopatia deveria ser avaliada consoante domínios específicos: o *domínio da vinculação*, responsável por avaliar os constrangimentos ao nível das relações interpessoais; o *domínio comportamental*, responsável pelos problemas de planeamento e cumprimento de tarefas ou responsabilidades; o *domínio cognitivo*, referente aos problemas de adaptabilidade e flexibilidade mental; o *domínio da dominância*, que se relaciona com gestão de poder e controlo e, por último, o *domínio do self*, englobando um problema de identidade e individualidade.

Atualmente, segundo o DSM-V (2013), para se estabelecer um diagnóstico de perturbação antissocial da personalidade, é critério necessário o indivíduo ter uma idade mínima de 18 anos, existir evidência de Perturbação do Comportamentos antes dos 15 anos e estes comportamentos não ocorrerem, exclusivamente, durante a evolução de Esquizofrenia ou de um Episódio Maníaco. Além disso, deve estar presente um conjunto de critérios, sendo eles a existência de um padrão global de desrespeito e violação dos direitos dos outros, desde os 15 anos de idade, com a presença de uma ou mais das seguintes características: incapacidade para se conformar com as normas sociais no que se refere a comportamentos legais, ilustrado pelos atos repetidos que são motivo de detenção; falsidade demonstrada através de mentiras, identidades falsas ou contrariar os outros com o fim de obter lucro ou

prazer; impulsividade ou incapacidade de planejar antecipadamente; irritabilidade ou agressividade, de que são exemplo os conflitos repetidos; desrespeito temerário pela sua segurança e pela dos outros; irresponsabilidade consistente e ausência de remorso, apresentadas através da racionalização e indiferença com que reagem após terem magoado alguém.

De forma a avaliar estes traços e comportamentos, Robert Hare (1991) desenvolveu uma *checklist* – *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R) – onde postula a existência de um conjunto específico de vinte características próprias dos sujeitos psicopatas: loquacidade/ encanto superficial, sentido grandioso do valor de si próprio, necessidade de estimulação/tendência para o tédio, mentir patológico, estilo manipulativo, ausência de remorsos ou sentimentos de culpa, superficialidade afectiva, frieza/ausência de empatia, estilo de vida parasita, deficiente controlo comportamental, comportamento sexual promíscuo, comportamento problemático precoce, ausência de objetivos realistas, impulsividade, irresponsabilidade, não-acatamento de responsabilidades pelas suas acções, relacionamentos conjugais numerosos e de curta duração, delinquência juvenil, revogação de medidas alternativas ou flexibilizadoras da pena de prisão e versatilidade criminal (Hare & Neumann, 2005). Das características atribuídas a estes indivíduos, a manipulação destaca-se neste tipo de personalidade, associada aos défices interpessoais, pelo facto de, ao contrário das características referentes ao comportamento anti-social, aquela não apresentar diminuição com a evolução da idade ou com as intervenções terapêuticas. Com o objetivo de compreender esta característica, autores como Book, Quinsey e Langford (2007) apresentam o conceito de *empatia fria*, representada pela falta de empatia afetiva dos sujeitos psicopatas para com os outros, ainda que possuam a capacidade de entender o seu estado mental suficientemente bem para os conseguir manipular. Neste âmbito, foram encontradas correlações, ainda que ligeiras, entre a manipulação/mentira patológica e o quociente de inteligência dos psicopatas (Pham, Saloppe & Leistedt, 2012). Assim, para a avaliar a psicopatia e o relato destes indivíduos, torna-se necessário efectuar uma comparação sistemática entre todos os métodos de avaliação e investigação.

Atentando à etiologia da psicopatia é possível concluir que esta decorre de uma interligação entre aspetos neurobiológicos, psicológicos, sociais e contextuais.

Posto isto, as recentes investigações realizadas nesta área têm tentado encontrar uma correspondência entre estas características e comportamentos baseados em regras e normas sociais, tal como o julgamento moral. O fenómeno de desenvolvimento moral engloba tanto

conteúdos ao nível cognitivo como ao nível comportamental, assentes no raciocínio moral, atitudes e valores que orientam a conduta de cada sujeito (Vieira, 2011). Neste sentido, uma vez que é possível inferir que os psicopatas apresentam défices interpessoais e emocionais, e essas mesmas emoções constituem a componente básica dos processos morais ajustados, torna-se pertinente esclarecer estes conceitos e demonstrar a ligação entre eles.

Todo o desenvolvimento humano assenta sobre variadas vertentes e etapas, das quais fazem parte a maturação biológica, social, comportamental e psicológica. Nesta última, está incluído o desenvolvimento do juízo moral, sendo a moral caracterizada pelas regras e princípios normativos que regem uma sociedade (Piaget, 2003).

Dos estudos realizados neste campo, surgiram três principais perspetivas orientadoras: a perspetiva psicanalítica, a perspetiva cognitivo-desenvolvimentalista e a perspetiva da aprendizagem social. A primeira aborda a moral segundo as três instâncias psíquicas – o *id*, o *ego* e o *superego* – como responsáveis por características que, de uma forma ou de outra, possibilitam o desenvolvimento da moral. O *id* diz respeito às características inatas que permitem a obtenção de prazer; o *ego* é considerado o agente que regula as pulsões libidinais em oposição ao mundo externo; já o *superego* é a instância que representa de forma objetiva a moral, no sentido em que atua como mediador entre o ego ideal e a consciência, através da existência de padrões e ideias morais (Freud, 1930; Klein, 1932 *as cited por* Vieira, 2011). A segunda, a perspetiva cognitivo-desenvolvimentalista, refere que o desenvolvimento moral ocorre segundo determinados estádios, simultaneamente com o desenvolvimento cognitivo e com a interação social. Assim, quanto maior for o desenvolvimento em ambas as áreas, maior será também a capacidade do indivíduo em reger a sua conduta de acordo com os princípios ético-morais (Bulla-Delgado & Ferriera-Hoyos, 2012). Por fim, a terceira, a perspetiva da aprendizagem social, que destaca o facto do desenvolvimento moral assentar nas contingências reforçadoras ao comportamento do indivíduo, afirma que o sujeito interioriza e reproduz comportamentalmente as regras da sociedade em que está inserido, ainda que tal seja mediado por reforços (Abib, 2001).

Relativamente a estas perspetivas são diversos os autores a merecer realce de acordo com o seu contributo para o desenvolvimento deste conceito. Entre eles, destaca-se Kohlberg (1992), inscrito na perspetiva cognitivo-desenvolvimentalista, que propõe uma teoria assente na existência de três níveis de julgamento moral, combinando competências cognitivas com aspetos sociais e morais – pré-convencional, convencional e pós-convencional –, divididos em seis estádios – heteronomia, individualismo, mutualidade, lei e ordem, utilidade e, por último,

autonomia. Como pressupostos básicos, o autor refere que o desenvolvimento cognitivo está na base do desenvolvimento moral, sendo esta uma condição essencial. Afirma ainda que o desenvolvimento do indivíduo envolve alterações nas estruturas cognitivas, e que essas alterações decorrem da interação entre o indivíduo e o meio. Relativamente aos níveis e estádios, Kohlberg defende que a sua sequência é hierárquica e invariante, não sendo alterável de acordo com as condições sociais, culturais ou religiosas a que o sujeito se encontra exposto (Galvão, 2010; Bulla-Delgado & Ferreira-Hoyos, 2012).

Outros autores em destaque, como Turiel (2004) e Rest (1999), com críticas a esta teoria. O primeiro postula o desenvolvimento simultâneo das áreas pessoal, convencional e moral, desde a infância, de acordo com a interação social experienciada pela criança. Por sua vez, Rest (1999) salienta a existência de uma micro e macromoralidade, de acordo com o período desenvolvimental em que o indivíduo se encontra, na infância ou idade adulta, respetivamente, fundamentadas em três esquemas morais – os interesses pessoais, a manutenção das normas e o pensamento regido por princípios auto-escolhidos, éticos e universais. Esta migração da micro para a macromoralidade ocorre devido às relações vivenciadas pela criança no seio familiar, mais do que institucionalmente e, posteriormente, de todo um sistema social e normas vigentes (Galvão, 2010; Vieira, 2011).

Além destes, também George Lind (1998), com a Teoria do Duplo Aspeto e Competência Moral, realça a importância tanto da vertente cognitiva como da vertente afetiva, uma vez que por detrás dos princípios morais pelos quais o indivíduo se guia, existem competências cognitivas envolvidas nos processos de tomada de decisão aquando da aplicação desses princípios. No entanto, decorrente dos conflitos naturalmente existentes entre o indivíduo e as normas, este autor defende, mais que o fim em si mesmo, a qualidade da decisão e a forma como esta será tomada (Vieira, 2011).

No sentido em que o papel das emoções nestas teorias não era considerado relevante, surgiram alguns autores, como Haidt e Kesibir (2010), salientando a importância de reconhecer, não só a dimensão cognitiva da moralidade, mas também a dimensão da emoção (Barros, 2013).

Neste sentido, Haidt e Joseph (2004) elaboraram uma teoria, que designaram de *Moral Foundations Theory*, a qual refere que as intuições morais decorrem de mecanismos psicológicos inatos mas modificáveis e que evoluem de acordo com as práticas culturais. Desta forma, os autores investigaram acerca de quais seriam os valores e preocupações morais observadas em cada cultura. Assim, surgiu um conjunto de cinco fundamentos básicos ou

fundamentos morais, como corpo desta teoria. O primeiro, denominado *Fairness/Reciprocity*, diz respeito a valores como justiça e reciprocidade; o segundo fundamento, *Harm/Care*, relaciona-se com a preocupação de proteger e cuidar o outro; o outro fundamento *Ingroup/Loyalty*, remete para valores como a lealdade, o patriotismo e o auto-sacrifício em prol do grupo; o quarto fundamento moral, *Authority/Respect*, considera a ordem social e o cumprimento dos deveres; por último, o quinto fundamento, *Purity/Sanctity*, é constituído por preocupações com a contaminação física e espiritual assim como com o controlo dos desejos. O ponto forte desta teoria centra-se na capacidade de contrastar várias emoções morais, relacionando-as com um conjunto de questões morais (Graham, Haidt, Koleva, Motyl, Iyer, Wojcik & Ditto, 2012).

O primeiro autor a relacionar a psicopatia com a existência de défices de julgamento moral foi Prichard, em 1835, com o conceito de *insanidade moral*. Mais tarde, autores como Jurkovic e Prentice (1977) relataram que os psicopatas apresentam um raciocínio moral menos maduro, quando comparados com outros grupos de jovens com e sem conduta delinvente. Já em 1995, Blair sugeriu que os psicopatas apresentavam falhas no que se referia às distinções morais e convencionais, uma vez que não possuíam um mecanismo de inibição da violência. Além disso, estes indivíduos apresentam disfunções no que concerne à capacidade argumentativa necessária na resolução de problemas morais, derivado das incapacidades apresentadas ao nível do processamento de emoções. Glannon (1997) postulou que os psicopatas apresentam uma dificuldade em agir moralmente, resultante do seu défice emocional o que, conseqüentemente, afeta a sua capacidade para deliberar, escolher e adequar a sua conduta com base nas normas sociais (Vien & Beech, 2006).

Deste modo, apesar da argumentação em relação à menor ou maior importância das emoções aquando de um julgamento moral, é consensual que o seu papel é relevante nestas situações de decisão e ação individual (Oliveira, 2011).

Apesar da pesquisa realizada, os primeiros investigadores a estudarem a psicopatia com base nas cinco fundações morais foram Glenn, Iyer, Graham, Koleva e Haidt (2009), tendo concluído que pontuações mais elevadas em índices de psicopatia prediziam pontuações mais baixas nos fundamentos *Fairness/Reciprocity* e *Harm/Care*. Além disso, não encontraram qualquer relação entre psicopatia e a fundação *Authority/Respect*, bem como uma correlação muito fraca com os fundamentos morais *Ingroup/Loyalty* e *Purity/Sanctity*. A corroborar este estudo pioneiro, encontra-se um estudo português de Barros (2013), com o objetivo de verificar, efetivamente, se os indivíduos psicopatas apresentavam défices

especialmente nas duas fundações esperadas. O estudo incluiu trinta participantes do sexo masculino, de uma amostra comunitária, e concluiu que resultados mais elevados em psicopatia, principalmente na dimensão do egoísmo e insensibilidade, eram preditores de uma menor probabilidade do indivíduo considerar, no seu julgamento moral, os fundamentos *Fairness/Reciprocity* e *Harm/Care*. Uma limitação deste estudo assenta no facto da amostra não se referir a uma população forense, pelo que os *scores* de psicopatia encontrados foram tendencialmente menos elevados, o que implica um maior cuidado aquando da generalização dos resultados à psicopatia.

Uma vez que é característica dos psicopatas a presença de um défice emocional e os julgamentos morais serem assentes nas emoções, coloca-se a questão da (in)capacidade destes indivíduos realizarem julgamentos morais. De acordo com uma visão clássica, postula-se que estes sujeitos são capazes de realizar julgamentos morais, ainda que não rejam a sua conduta com base nos mesmos. Já a visão não-clássica, declara que os psicopatas não são sequer capazes de realizar julgamentos morais (Montello, 2011).

Com a inclusão no estudo das variáveis referidas, pretende-se, então, perceber a (in)capacidade do indivíduo com características psicopáticas em realizar julgamentos morais e, posteriormente, adequar ou não a sua conduta com base nos mesmos.

Assim, revela-se necessário estabelecer como objetivo o esclarecimento de quais os maiores défices ao nível desse mesmo julgamento moral nos sujeitos com psicopatia, segundo a classificação com base na *Moral Foundations Theory*, proposta por Haidt e Joseph (2004). Neste sentido, é colocada a hipótese de, como referem os autores, os indivíduos psicopatas estarem na presença um maior défice no que diz respeito aos domínios *Fairness/ Reciprocity* e *Harm/ Care*, o que se pretende confirmar ou contrariar.

Além disso, será realizada uma comparação entre sujeitos psicopatas e não psicopatas, de modo a identificar se existe ou não uma diferença significativa ao nível dos resultados de julgamento moral.

Por último, pretende-se ainda identificar de que modo as competências de julgamento moral diferem de acordo com o grau de inserção do indivíduo na sociedade. Neste sentido, coloca-se a hipótese de o tipo de sujeitos melhor inseridos socialmente possuírem uma maior capacidade de julgamento moral.

Como objetivo social, este estudo poderá fornecer um contributo importante no sentido de possibilitar ao sistema judicial uma melhor compreensão e posterior adequação das penas, nos casos de crimes cometidos por psicopatas. Esta melhoria basear-se-ia na explicitação da

relevância da consciência nestes indivíduos, da realização ou não de julgamentos morais e consequente código de conduta. Ainda nesta linha, ao proporcionar uma melhor compreensão dos processos de julgamento moral nesta população, poderão ser criados e/ou adequados programas pedagógicos com vista ao desenvolvimento de competências nesta área, a qual constitui uma grande lacuna no indivíduo psicopata. Além disso, a compreensão do papel da inserção social na capacidade de julgamento moral, poderá permitir compreender a importância de uma efetiva e adequada reinserção social dos indivíduos, durante e após o cumprimento de medida privativa da liberdade, como forma de potenciar o trabalho ao nível moral e ético.

## **Metodologia**

### Participantes

A recolha de dados foi efetuada em meio prisional, em Estabelecimentos Prisionais da Região Norte. Os 105 indivíduos integrantes são todos do sexo masculino, não tendo sido estabelecido *à priori* qualquer limite de idade superior. Isto é, não se verifica incidência numa faixa etária específica para efeitos de estudo. Como critério de exclusão de reclusos participantes fixou-se o facto de estes serem considerados inimputáveis em relação ao processo que se encontra à ordem. Tal foi definido uma vez que esta mesma atribuição pressupõe já uma avaliação comprometida do julgamento moral do indivíduo – sendo esta a variável em estudo. Os participantes foram abordados com recurso ao método de conveniência, estando este circunscrito aos reclusos existentes, com autorização ou consentimento.

Os participantes foram caracterizados em termos sociodemográficos, quanto à faixa etária, às habilitações literárias e à nacionalidade. No que concerne aos aspetos jurídico-penais, destaca-se os antecedentes criminais, a frequência de visitas e o benefício de medidas flexibilizadoras de pena, conforme a tabela 1.

Tabela 1. *Caracterização dos participantes*

	<i>N</i>	%
<b>Idade</b>		
<i>(<math>\bar{x}</math> = 36,97; <math>\sigma</math> = ± 9,478)</i>		
22-29	25	23,4
30-39	36	38,3
40-49	32	30,4
50-59	4	4,0
60-69	3	2,9
>70	1	1,0
<b>Habilitações Literárias</b>		
1º ano – 4º ano	24	22,9
5º ano	1	1,0
6º ano	23	21,9
7º ano	9	8,6
8º ano	4	3,8
9º ano	26	24,8
Ensino secundário	17	16,2
Ensino universitário	1	1,0
<b>Nacionalidade</b>		
Portuguesa	104	99,0
Outra	1	1,0
<b>Antecedentes criminais</b>		
Primário	40	38,1
Reincidente	65	61,9
<b>Visitias</b>		
Nunca	7	6,7
Ocasionalmente	10	9,5
Trimestralmente	4	3,8
Mensalmente	28	26,7
Semanalmente	56	53,3

<b>Medidas Flexibilizadoras</b>		
Nenhuma	84	80,0
Licenças de Saída Jurisdicionais - LSJ	14	13,3
Regime Aberto no Interior - RAI	6	5,7
Regime Aberto no Exterior - RAE	1	1,0

### Instrumentos

Relativamente aos instrumentos ou medidas utilizados, a investigação incluiu a utilização de três métodos distintos: questionário sociodemográfico, versão de investigação do questionário *Moral Foundations Questionnaire* (Graham *et al.*, 2009), adaptada por Almeida (2013) e escala PCL-R (Hare, 1991).

O questionário sociodemográfico foi incluído essencialmente para posterior descrição de dados, envolvendo variáveis nas quais poderão ser observadas correlações pertinentes, como a idade, nacionalidade, habilitações literárias, registo de visitas, antecedentes criminais, tipo de crime cometido – único ou em concurso com outros crimes – e a existência ou não de medidas flexibilizadoras da pena. A partir deste questionário foi inferido o grau de inserção do indivíduo, especialmente no que diz respeito ao registo de visitas e a medidas flexibilizadoras - como as Licenças de Saída Jurisdicionais (LSJ), o Regime Aberto no Interior (RAI) ou o Regime Aberto no Exterior (RAE).

Relativamente à versão de investigação do *Moral Foundations Questionnaire* (Graham *et al.*, 2009), adaptada por Almeida (2013), solicitou-se aos inquiridos a avaliação da relevância de determinadas considerações ou preocupações, aquando da realização de julgamentos morais. O instrumento engloba duas partes, cada uma com 16 itens, ou seja, 32 itens no cômputo total. Na primeira parte, os respondentes avaliam a relevância moral de situações numa escala de *Lickert* de seis pontos, que varia desde 0 (Nada Importante) a 5 (Extremamente Importante). Na segunda parte, os respondentes indicam o grau de concordância com uma série de afirmações morais mais específicas e contextualizadas, também através de uma escala de seis pontos, variando de 0 (Discordo Bastante) a 5 (Concordo Bastante). Os 32 itens são distribuídos por cinco dimensões, correspondentes às cinco fundações morais, com a existência de dois itens sem dimensão específica para

identificação de distrações. Para facilitar a compreensão por parte da população forense, procedeu-se a modificações ao nível estrutural e visual do questionário.

Por último, a PCL-R (Hare, 1991) é uma escala de avaliação do constructo clínico da psicopatia que utiliza informações da história do caso e possui critérios de pontuação específicos para avaliar cada um dos 20 itens constituintes, numa escala de *Lickert* de 0 a 2 pontos, de acordo com a medida em que o item se aplica a determinado indivíduo. Dos itens existentes, 17 deles compõem dois fatores interrelacionados, um remetendo para a vertente clínica dos itens, enquanto o outro se associa a comportamentos que caracterizam um estilo de vida antissocial - os três itens restantes não estão presentes em nenhum fator, ainda que contribuam para a pontuação total da escala. Numa atualização realizada a este nível, após estudos de validação, o autor continua a defender a existência dos dois fatores referidos, ainda que subdivididos em quatro facetas agrupadas em pares, dentro de cada fator - Interpessoal, Afetiva, Estilo de Vida e Antissocial. Assim, o processo de aplicação desta escala consiste na realização de uma entrevista semiestruturada, com duração média de uma hora e meia a duas horas, podendo, por isso, ser executada por sessões. Esta entrevista pretende explorar áreas como o percurso escolar e profissional, a situação financeira, história clínica, vida familiar, relacionamentos interpessoais e sexuais, consumo de substâncias e comportamentos antissociais. Os dados retirados desta entrevista deverão ser completados com recurso à consulta dos processos individuais apenas sendo posteriormente cotada a escala completa, de acordo com os 20 itens acima referidos. No entanto, é de salientar a dispensa da realização da entrevista caso os processos se encontrem suficientemente completos de forma a permitir obter resposta às questões colocadas na folha de registo de dados, tendo sido este o método adoptado (Gonçalves, 2007).

### Procedimento

O procedimento adoptado decorreu em dois momentos-chave. Num primeiro momento, procedeu-se à aplicação da versão de investigação, adaptada por Almeida (2003), do *Moral Foundations Questionnaire* (Graham *et al.*, 2009), acompanhada de dados sociodemográficos. No segundo momento, realizou-se o registo de dados, a análise de resultados e cotação da escala PCL-R (Hare, 1991), através dos processos arquivados, definindo um “ponto de corte”, a partir do qual foi mais notória a existência de características psicopáticas, estabelecendo uma segunda amostra específica. Este ponto de corte foi encontrado através de classificação da própria PCL-R – *não psicopata, moderadamente*

*psicopata* e *psicopata* -, a partir do nível em que a mesma considera a presença de características psicopáticas, ainda que não rotule o indivíduo como efetivamente psicopata. Ou seja, a partir da pontuação de valor 20, a escala permite a caracterização do indivíduo como “moderadamente psicopata”, valor este considerado para a divisão dos dois grupos de participantes em causa. A este nível, após o somatório dos itens da escala, para efeito de existência de características psicopáticas e para divisão de grupos, foram aglomerados os indivíduos moderadamente psicopatas e os indivíduos psicopatas.

Tabela 2. *Caracterização dos participantes, ao nível da psicopatia*

	<i>n</i>	%
<b>Psicopatia</b>		
$(\bar{x} = 16,47; \sigma = \pm 5,349)$		
Indivíduos não psicopatas	78	74,3
Indivíduos moderadamente psicopatas	26	24,7
Indivíduos psicopatas	1	1

Quanto ao procedimento estatístico foi utilizado o programa informático *Statistical Package for the Social Science (SPSS)*, versão 22. Após a caracterização dos participantes, através das análises estatísticas descritivas, procedeu-se à verificação da distribuição normal da amostra com o intuito de analisar a possibilidade de utilização de testes estatísticos paramétricos. No entanto, nem todas as variáveis em estudo suportam o tratamento paramétrico, pelo que se torna aconselhável a utilização de testes estatísticos não paramétricos. Assim, para tratamento das variáveis e cumprimento dos objetivos, utilizaram-se testes de associação e testes de diferenças. Para tal, recorreu-se à correlação de *Spearman*, de modo a estabelecer a intensidade das relações entre as diferentes variáveis, neste caso, se a pontuação na escala de psicopatia interferia, e de que forma, na pontuação das diferentes fundações morais. Além disso, realizou-se um teste de *Mann-Whitney* para amostras independentes, de forma a compreender as diferenças entre duas situações para uma única variável, ou seja, se efetivamente existem diferenças significativas na pontuação de cada fundação moral entre indivíduos com características psicopáticas e indivíduos sem características psicopáticas.

## Resultados

No que diz respeito à consistência interna das duas variáveis, através do coeficiente *Alpha de Cronbach*, é possível perceber que ambas apresentam resultados satisfatórios, pelo que se pode afirmar que os diversos itens de ambas as variáveis medem o constructo que se propõem a medir, sendo considerados medidas fiáveis.

Tabela 3. *Consistência interna dos instrumentos*

	MFQ	PCL-R
<i>Alpha de Cronbach</i>	.818	.710

Todavia, foram encontradas algumas vulnerabilidades no questionário responsável pela avaliação do julgamento moral, nomeadamente no que respeita ao agrupamento das fundações morais, uma vez que os *Alpha de Cronbach* encontrados para cada fundação individualmente apresentam valores baixos e não satisfatórios. No entanto, é de salientar a possibilidade de tal decorrer também do tamanho da amostra em causa.

Tabela 4. *Consistência interna por fundamentos morais – MFQ*

	<i>Alpha de Cronbach</i>
Harm/Care	.674
<i>Fairness/Reciprocity</i>	.468
<i>InGroup/Loyalty</i>	.557
<i>Authority/Respect</i>	.412
<i>Purity/Sancity</i>	.303

Quanto aos resultados de consistência interna, por fator, da escala PCL-R, estes apresentam-se satisfatórios, sendo o fator 1, o mais relevante em termos de contribuição para o estudo de variáveis como o julgamento moral, decorrente das características associadas ao mesmo.

Tabela 5. *Consistência interna por fator – PCL-R*

	<i>Alpha de Cronbach</i>
Fator 1 – Vertente Clínica	.752
Fator 2 – Vertente Antissocial	.603

No âmbito dos testes de associação, de forma a correlacionar as características psicopáticas com o julgamento moral, especificamente com cada uma das fundações morais, não foram encontradas quaisquer correlações estatisticamente significativas. Ainda assim, é possível perceber a existência de uma correlação em sentido negativo com a maioria das fundações, ou seja, à medida que os *scores* de psicopatia aumentam, a pontuação de julgamento moral diminui. Tal não acontece apenas com a fundação *Fairness/Reciprocity*.

Tabela 6. *Correlações entre a variável Psicopatia e as Fundações Morais.*

	Psicopatia	
	<i>P</i>	<i>Sig.</i>
<i>Harm/Care</i>	-.128	.194
<i>Fairness/Reciprocity</i>	.071	.474
<i>InGroup/Loyalty</i>	-.181	.065
<i>Authority/Respect</i>	-.141	.153
<i>Purity/Sancity</i>	-.078	.432

Atendendo à comparação entre as mesmas fundações morais com os dois fatores propostos pela escala de psicopatia, não foram encontrados resultados estatisticamente significativos em relação ao fator 1, englobando uma vertente mais clínica da psicopatia. Contudo, a sua correlação ocorre em sentido negativo, predizendo que aumentando os níveis de psicopatia no fator 1, diminuirão os valores de julgamento moral, em cada uma das fundações, exceto na fundação *Fairness/Reciprocity* em que esta correlação se proporciona em sentido positivo.

Já em relação à associação com o fator 2, dedicado ao estilo de vida antissocial, foram encontradas correlações significativas com as fundações *Harm/Care* e *In Group/Loyalty*, ambas ocorrendo em sentido inverso. Assim sendo, quanto maior o estilo de vida antissocial,

menor a pontuação nas duas fundações morais e conseqüente menor capacidade de julgamento moral nessas áreas específicas. Relativamente às restantes fundações, apesar de não terem obtido significância estatística, a sua correlação realiza-se em sentido negativo exceto, novamente, com a fundação *Fairness/Reciprocity*.

Tabela 7. *Correlações entre a variável Psicopatia e as Fundações Morais, por fator.*

	Psicopatia	
	$\rho$	Sig.
<b>Fator 1 – Vertente Clínica</b>		
<i>Harm/Care</i>	-.036	.717
<i>Fairness/Reciprocity</i>	.067	.499
<i>InGroup/Loyalty</i>	-.074	.451
<i>Authority/Respect</i>	-.094	.342
<i>Purity/Sancity</i>	-.047	.636
<b>Fator 2 – Vertente Antissocial</b>		
<i>Harm/Care</i>	-.201	.040
<i>Fairness/Reciprocity</i>	.031	.752
<i>InGroup/Loyalty</i>	-.246	.011
<i>Authority/Respect</i>	-.142	.149
<i>Purity/Sancity</i>	-.081	.409

Quando a comparação é efetuada entre as fundações morais e as quatro facetas descritas pela PCL-R, os resultados encontrados não são estatisticamente significativos em qualquer faceta. No entanto, a fundação *Harm/Care* na faceta Afetiva e a fundação *In Group Loyalty* na faceta Antissocial, apresentam resultados próximos da significância estatística. Além disso, a maioria das correlações ocorre em sentido negativo, ainda que se evidenciem alguns casos em que tal não acontece.

Tabela 8. Correlações entre a variável Psicopatia e as Fundações Morais, por faceta.

	Psicopatia	
	$\rho$	Sig.
<b>Faceta Interpessoal</b>		
<i>Harm/Care</i>	.101	.304
<i>Fairness/Reciprocity</i>	.101	.304
<i>InGroup/Loyalty</i>	-.061	.540
<i>Authority/Respect</i>	-.131	.183
<i>Purity/Sancity</i>	-.104	.291
<b>Faceta Afetiva</b>		
<i>Harm/Care</i>	-.167	.089
<i>Fairness/Reciprocity</i>	-.018	.857
<i>InGroup/Loyalty</i>	-.052	.599
<i>Authority/Respect</i>	-.015	.876
<i>Purity/Sancity</i>	.055	.578
<b>Faceta Estilo de Vida</b>		
<i>Harm/Care</i>	-.099	.313
<i>Fairness/Reciprocity</i>	.058	.557
<i>InGroup/Loyalty</i>	-.146	.138
<i>Authority/Respect</i>	-.101	.303
<i>Purity/Sancity</i>	.024	.811
<b>Faceta Antissocial</b>		
<i>Harm/Care</i>	-.138	.161
<i>Fairness/Reciprocity</i>	.004	.969
<i>InGroup/Loyalty</i>	-.173	.078
<i>Authority/Respect</i>	-.089	.369
<i>Purity/Sancity</i>	-.134	.173

No que concerne ao entendimento de quais as fundações que apresentam um maior déficit de julgamento moral ao nível dos indivíduos com características psicopáticas, os resultados evidenciaram uma pontuação mais baixa na fundação *In Group/Loyalty*, seguida da fundação *Harm/Care*. Quanto à maior pontuação obtida, esta fixa-se na fundação *Fairness/Reciprocity*, seguindo-se a fundação *Authority/Respect*. No entanto, o teste de

diferenças não evidencia nenhuma diferença estatisticamente significativa, quando comparados os indivíduos com características psicopáticas (n=78) com os indivíduos que não apresentam este tipo de características (n=27), excepto na fundação *In Group/Loyalty*.

Tabela 9. *Comparação entre indivíduos com e sem características psicopáticas, ao nível das fundações morais.*

	Psicopatia	$\bar{x}$	U de Mann-Whitney	Sig.
<i>Harm/Care</i>	Indivíduo sem características psicopáticas	55,08	890.500	.231
	Indivíduo com características psicopáticas	46,98		
<i>Fairness/Reciprocity</i>	Indivíduo sem características psicopáticas	52,70	1029.500	.863
	Indivíduo com características psicopáticas	53,87		
<i>InGroup/Loyalty</i>	Indivíduo sem características psicopáticas	56,49	780.500	.045
	Indivíduo com características psicopáticas	42,91		
<i>Authority/Respect</i>	Indivíduo sem características psicopáticas	52,99	1052.000	.994
	Indivíduo com características psicopáticas	53,04		
<i>Purity/Sancity</i>	Indivíduo sem características psicopáticas	53,63	1004.000	.718
	Indivíduo com características psicopáticas	51,19		

Por último, tendo em conta a variável da inserção social, medida através da frequência das visitas e da existência de medidas flexibilizadoras da pena, não foram encontradas quaisquer correlações significativas entre o valor de psicopatia e a presença de um maior número de visitas ou do benefício de medidas flexibilizadoras. Todavia, ambas as variáveis se relacionam em sentido negativo, postulando que quanto maiores os valores de psicopatia, menos frequentes serão as visitas e menos benefícios ao nível das medidas estes indivíduos experienciarão.

Tabela 10. *Correlação entre valores de Psicopatia e a variável da Inserção Social.*

		Psicopatia	
		$\rho$	<i>Sig.</i>
Inserção Social	Visitas	-.117	.235
	Medidas Flexibilizadoras	-.141	.152

Além destes dados, também se concluiu que o facto de os indivíduos serem mais ou menos inseridos socialmente não tem efeito estatisticamente significativo aquando da realização de julgamento moral, em nenhuma das fundações específicas. Ainda assim, os indivíduos considerados mais inseridos socialmente (n=61) apresentam pontuações mais elevadas no julgamento moral, quando comparados com os indivíduos menos inseridos na sociedade (n=44), com uma maior discrepância entre ambos os grupos na fundação *Harm/Care*, seguida da *In Group/Loyalty*.

Tabela 11. *Comparação entre indivíduos menos e mais inseridos socialmente, ao nível das fundações morais.*

	Inserção Social	$\bar{x}$	U de Mann-Whitney	Sig.
<i>Harm/Care</i>	Indivíduo menos inserido socialmente	46,84	1071.000	.077
	Indivíduo mais inserido socialmente	57,44		
<i>Fairness/Reciprocity</i>	Indivíduo menos inserido socialmente	50,13	1215.500	.409
	Indivíduo mais inserido socialmente	55,07		
<i>InGroup/Loyalty</i>	Indivíduo menos inserido socialmente	56,49	1134.500	.176
	Indivíduo mais inserido socialmente	56,40		
<i>Authority/Respect</i>	Indivíduo menos inserido socialmente	50,05	1212.000	.397
	Indivíduo mais inserido socialmente	55,13		
<i>Purity/Sancity</i>	Indivíduo menos inserido socialmente	50,38	1226.500	.452
	Indivíduo mais inserido socialmente	54,89		

## Discussão

Tendo em conta as hipóteses a ser testadas e os resultados obtidos neste estudo, é possível verificar que nenhuma hipótese foi confirmada.

Assim, relativamente à questão de quais os maiores défices de julgamento moral nos indivíduos psicopatas, apesar das diferenças estatisticamente não significativas, conclui-se que estes indivíduos apresentam valores mais baixos na fundação moral *InGroup/Loyalty*, apesar da pontuação reduzida encontrada na fundação *Harm/Care*. Por sua vez, a fundação moral *Fairness/Reciprocity* foi uma das que obteve pontuações mais elevadas por parte dos sujeitos considerados com características psicopáticas. Desta forma, o presente estudo assume uma posição contrária ao estudo realizado por Glenn *et al* (2009) e corroborado por Barros

(2013), no sentido em que este último afirma que os indivíduos psicopatas obtêm pontuações mais baixas e, por isso, apresentam um maior défice ao nível das fundações morais *Harm/Care* e *Fairness/Reciprocity*. Além disso, a fundação moral *InGroup/Loyalty*, apresentou valores de correlação fracos com a psicopatia, no estudo de Haidt e Joseph (2004).

Também Blair, em 2005, verificou que uma das características essenciais na psicopatia é o pensamento e o comportamento imoral, especificamente direcionado para o défice na relação e preocupação com os outros e o seu bem-estar, aspeto que pode estar relacionado com as duas fundações morais em questão, *Fairness/Reciprocity* e *Harm/Care*.

A comparação entre sujeitos não obteve resultados estatisticamente significativos, com exceção da fundação moral *InGroup/Loyalty*, que obteve resultados significativos, sendo esta a fundação que remete para a lealdade e o auto-sacrifício em prol do grupo. Esta conclusão apresenta-se contrária ao que é relatado na literatura, nomeadamente no que se refere à condição associada à psicopatia, que declara a existência de diferenças ao nível das capacidades de julgamento moral quando comparados com sujeitos não psicopatas. Para sustentar tal facto, Blair (2008) e Turiel (2005), referem que os indivíduos psicopatas apresentam uma capacidade diminuída aquando da distinção entre transgressões convencionais e transgressões morais, ao contrário do que acontece com sujeitos sem esta perturbação.

No entanto, um estudo realizado por Cima, Tonnaer e Hauser (2010) afirma que, apesar da diminuição dessa capacidade, quando comparados com indivíduos do grupo de controlo sem psicopatia, as diferenças de julgamento moral, qualquer que seja a situação, não são significativas. Além disso, os autores concluíram, ainda, que as variações dos *scores* obtidos na escala PCL-R, bem como a natureza das suas condenações, não interferem na realização de julgamentos morais. Ambos os aspetos identificados corroboram o presente estudo, ao nível dos resultados não significativos encontrados. Como conclusão, este estudo apresenta o facto de os psicopatas efetivamente realizarem julgamentos morais de forma adequada, ainda que tal não tenha valor para os mesmos, não sendo, assim, parte integrante do seu código de conduta.

Segundo a literatura existente, o indivíduo é produto da natureza enquanto um ser biológico, mas também produto da cultura, enquanto um ser social. Assim sendo, todo o processo de socialização pelo que o sujeito passa e que este presencia ao longo da sua vida, molda o comportamento do mesmo (Camino, Camino & Moraes, 2003).

Neste sentido, foi, então, elaborada a hipótese de que os indivíduos com um melhor grau de inserção na sociedade possuem uma capacidade de julgamento moral mais elevada. Contudo, os dados encontrados também não foram estatisticamente significativos, como esperado, ainda que os sujeitos melhor inseridos socialmente tenham obtido pontuações mais altas de julgamento moral. A apoiar esta hipótese encontra-se Blair (2001), autor que considera que a socialização funciona como um pré-requisito para o desenvolvimento de determinados aspetos da moralidade, especificamente aquando da distinção entre o moral e o convencional – défice encontrado na psicopatia.

De forma geral, uma das possíveis explicações para a discordância entre alguns dos resultados encontrados e a bibliografia existente, pode assentar no tamanho da amostra (n=105), bem como na diferença entre os grupos comparados, uma vez que o grupo de indivíduos considerados não psicopatas obteve um número de participantes consideravelmente mais elevado (n=78) do que o grupo de sujeitos com características psicopáticas (n=27). Além disso, as maiores limitações não só ao nível de habilitações e/ou cognitivas apresentadas por estes indivíduos, mas também a baixa adesão ou motivação associada, poderão sustentar estes resultados.

No entanto, pelo facto de estarmos perante uma amostra forense, ao contrário dos restantes estudos realizados até à data assentes na *Moral Foundations Theory* – com inclusão de participantes provenientes de amostras constituídas por estudantes universitários, todos os resultados deverão ser analisados segundo essa perspetiva, tendo em conta as realidades e contextos divergentes. Assim, pode afirmar-se que a discrepância relativa às fundações morais com maior significância, ou seja, aquelas em que este grupo de sujeitos possui uma menor pontuação, predizendo uma capacidade de julgamento moral mais reduzida, é concordante com as características associadas a indivíduos reclusos.

Em primeiro lugar, relativamente às fundações morais que apresentam um maior défice, destaca-se a diferença quanto à fundação *In Group/Loyalty*, que pode ser explicada pela presença de uma conduta antissocial mais vincada neste grupo de participantes, motivo da evidência de um percurso desajustado pautado por transgressões graves e consequente reclusão. Assim sendo, não só toda a história de vida do indivíduo é marcada por um comportamento mais antissocial, como a privação da liberdade ainda o potencia, bem como à existência de características como o egoísmo, o desajustamento relacional ou o isolamento, associadas a pontuações baixas nesta fundação. Esta conclusão também encontra suporte na existência de uma maior discrepância, neste domínio, aquando da comparação entre sujeitos

melhor inseridos ou pior inseridos socialmente, postulando que esta será uma fundação notoriamente relacionada com as características desta população.

Em segundo lugar, no que diz respeito à fundação *Fairness/Reciprocity*, os dados encontrados no presente estudo salientam-na como a única fundação em que as correlações se desenvolvem em sentido positivo, isto é, quanto maiores os valores de psicopatia, maior será também a capacidade de julgamento moral do sujeito neste domínio. Tal facto pode ser explicado pela natureza das questões incluídas no instrumento, constituintes desta fundação, ou seja, os itens do questionário que formam a referida fundação moral encontram-se assentes em valores direcionados para a justiça e igualdade, através de expressões como “Se alguém foi ou não tratado de maneira diferente dos outros”, “Se os direitos de alguém foram negados ou não” ou “Quando o governo faz leis, o princípio número um deve ser garantir que todos sejam tratados de forma justa”. Esta construção dos itens remete o indivíduo recluso para a sua própria situação, associando os conceitos morais em causa a todo o sistema penal que os envolve e aos seus constituintes, não se reportando para a vida e os valores em liberdade. Dessa forma, é possível perceber que as respostas dadas a estes itens apesar de apresentarem um maior valor, o que iria predizer uma maior capacidade de julgamento moral nesta área, tal apenas acontece segundo perspectiva de análise destes sujeitos, no que respeita às repercussões dos comportamentos neles próprios e não pela existência de um senso de justiça para com os outros.

Além disso, tanto o estudo original, como o estudo português replicado, utilizaram como medidor de psicopatia o instrumento *Levenson self-report psychopathy scale* que, sendo uma medida de autorrelato, evidencia aspetos da personalidade necessariamente distintos daqueles analisados na PCL-R, a preencher pelo investigador, baseando-se tanto em entrevistas, como em dados processuais, registados pelos variados técnicos responsáveis pelo acompanhamento do indivíduo. Desta forma, não só os índices de psicopatia encontrados serão mais elevados e mais desajustados, como também poderão ser considerados mais significativos do ponto de vista forense, alertando para as diferenças, tanto de conduta, como de julgamento moral, entre um indivíduo psicopata inserido na comunidade e um indivíduo psicopata recluso e para a necessidade de as entender.

## **Conclusão**

A partir dos resultados encontrados, conclui-se que a capacidade de julgamento moral não difere de forma significativa entre indivíduos com e sem características psicopáticas, ainda que, de forma geral, os indivíduos que apresentam este tipo de características tenham pontuado menos, demonstrando uma capacidade de julgamento moral um pouco mais reduzida. Daqui, é possível inferir que embora o indivíduo psicopata seja capaz de realizar julgamentos morais de forma relativamente adequada, não assenta a sua conduta com base nessa premissa - apoiando a visão clássica deste fenómeno, ao invés da perspectiva não clássica que declara a incapacidade destes sujeitos realizarem sequer julgamentos morais adequados.

Como recomendações futuras, é pertinente a realização de um outro estudo com parâmetros idênticos, ainda que suportado por um instrumento mais robusto – pelo que se aconselha a validação de um questionário assente nestas variáveis para a população forense portuguesa – e integrando um maior grupo de participantes.

## Referências bibliográficas

- Abib, J. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento Humano. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 14(1), 107-117
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). Arlington, VA: American Psychiatric Publishing.
- Barros, S. (2013). *A categorização social e a moralidade na psicopatia* (tese de mestrado). Universidade do Porto, Porto.
- Blair, R. (2001). Neurocognitive models of aggression, the antisocial personality disorders, and psychopathy. *Journal of Neurology, Neurosurgery & Psychiatry*, 71, 727-731.
- Blair, R., Mitchell, D., Blair, K. (2005). *The psychopath: Emotion and the brain*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Blair, R. (2008) Finecuts of empathy and the amygdala: dissociable deficits in psychopathy and autism. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 21, 157-170.
- Bulla-Delgado, A., Ferreira-Hoyos, A. (2012). *Relación entre las dimensiones de la personalidad, el desarrollo moral y los valores* (tese de mestrado). Universidad de La Sabana, Colombia.
- Camino, C., Camino, L., Moraes, R. (2003). Moralidade e socialização: estudos empíricos sobre práticas de controle social e o julgamento moral. *Psicologia: reflexão crítica*, 16(1), 41-61.
- Cantero, F. (1993). ¿Quién es el psicópata? In V. Garrido Genovés (Org.), *Psicópata: Perfil psicológico y reeducación del delincuente más peligroso* (pp. 16-46) Valência: Tirant lo Blanch.

- Cima, M., Tonnaer, F., Hauser, M. (2010). Psychopaths know right from wrong but don't care. *SCAN*, 5, 59-67.
- Cooke, D., Hart, S., Logan, C., Michie, C. (2004). *Comprehensive Assessment of psychopathic Personality – Institutional Rating Scale (CAPPIRS)*. Unpublished manuscript.
- Davoglio, T., Argimon, I. (2010). Avaliação de comportamentos anti-sociais e traços psicopatas em psicologia forense. *Avaliação Psicológica*, 9(1), 111-118.
- Galvão, L. (2010). *Desenvolvimento moral e empatia: medidas, correlatos e intervenções educacionais* (tese de doutoramento). Universidade Federal de Paraíba, Brasil.
- Glenn, A., Iyer, R., Graham, J., Koleva, S., Haidt, J. (2009). Are All Types of Morality Compromised in Psychopathy? *Journal of Personality Disorders*, 23(4), 384-398.
- Gonçalves, R. (2007). *Versão portuguesa da checklist de psicopática – revista (PCL-R) de Robert Hare – Manual de cotação e interpretação*. Centro de investigação em Psicologia, Universidade do Minho.
- Graham, J., Haidt, J., Koleva, S., Motyl, M., Iyer, R., Wojcik, S., Ditto, P. (2012). Moral foundations theory: The pragmatic validity of moral pluralism. *Advances in Experimental Social Psychology*.
- Haidt, J., Joseph, C. (2004). Intuitive Ethics: how innately prepared intuitions generate culturally valuable virtues, *Daedalus*, 55-66.
- Hare, R., Neumann, C. (2005). The PCL-R assessment of psychopathy. *Handbook of psychopathy*. (ed.1). 58-70. New York: The Guildford Press.

- Hare, R., Neumann, C. (2008). Psychopathy as a clinical and empirical construct. *Annual Review of Clinical Psychology*, 4, 217-246.
- Lykken, D. T. (1995). *The antisocial personalities*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum
- Marques, A. (2010). *Psicopatia e cooperação: uma aplicação da teoria dos jogos ao estudo do comportamento anti-social* (tese de mestrado). Universidade do Porto.
- Montello, M. (2011). Rational requirements for moral motivation: the psychopath's open question. *Philosophy Theses*. Paper 93.
- Oliveira, A. (2011). *Análise da figura do psicopata sob o ponto de vista psicológico-moral e jurídico-penal* (tese de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Pham, T., Saloppé, X., Leistedt, S. (2012). La manipulation et le mensonge pathologique de la psychopathie comme défi majeur pour la recherche de la vérité judiciaire. *Annales Médico-Psychologiques*, 170(2), 141-142.
- Piaget, J. (1932). *The moral judgment of the child*. Kansas City: Public Library.
- Soeiro, C., Gonçalves, R. (2010). O estado de arte do conceito de psicopatia. *Análise Psicológica*, 1(XXVIII), 227-240.
- Turiel, E. (2005). *Thought emotions and social interactional processes in moral development*. Handbook of Moral Development. Mahwah: Lawrence Erlbaum Publishers.
- Vieira, M. (2011). *Relação entre desenvolvimento moral e problemas de comportamento* (tese de mestrado). UTAD, Vila Real.
- Vien, A., Beech, A. (2006). Psychopathy: theory, measurement and treatment. *Trauma, Violence & Abuse*, 7(3), 155-174.